

Pobre paga conta da desvalorização

Em 2 meses, inflação para menores salários ficou em 2,1%, contra 1,8% para os maiores

Editoria de Arte

Andréa Dunningham

Bastaram dois meses e meio do real desvalorizado para que a população mais pobre do país, até então a grande beneficiada pelo plano econômico, passasse para o outro extremo da gangorra. Um estudo concluído ontem pelo economista Marcelo Neri, coordenador do Instituto de Estudos do Trabalho e da Sociedade (Iets), mostra que a inflação dos pobres já está maior do que a dos ricos, um efeito que a médio prazo tende a reduzir ainda mais o poder de compra dessa parcela da população e fazer crescer a concentração de renda no país.

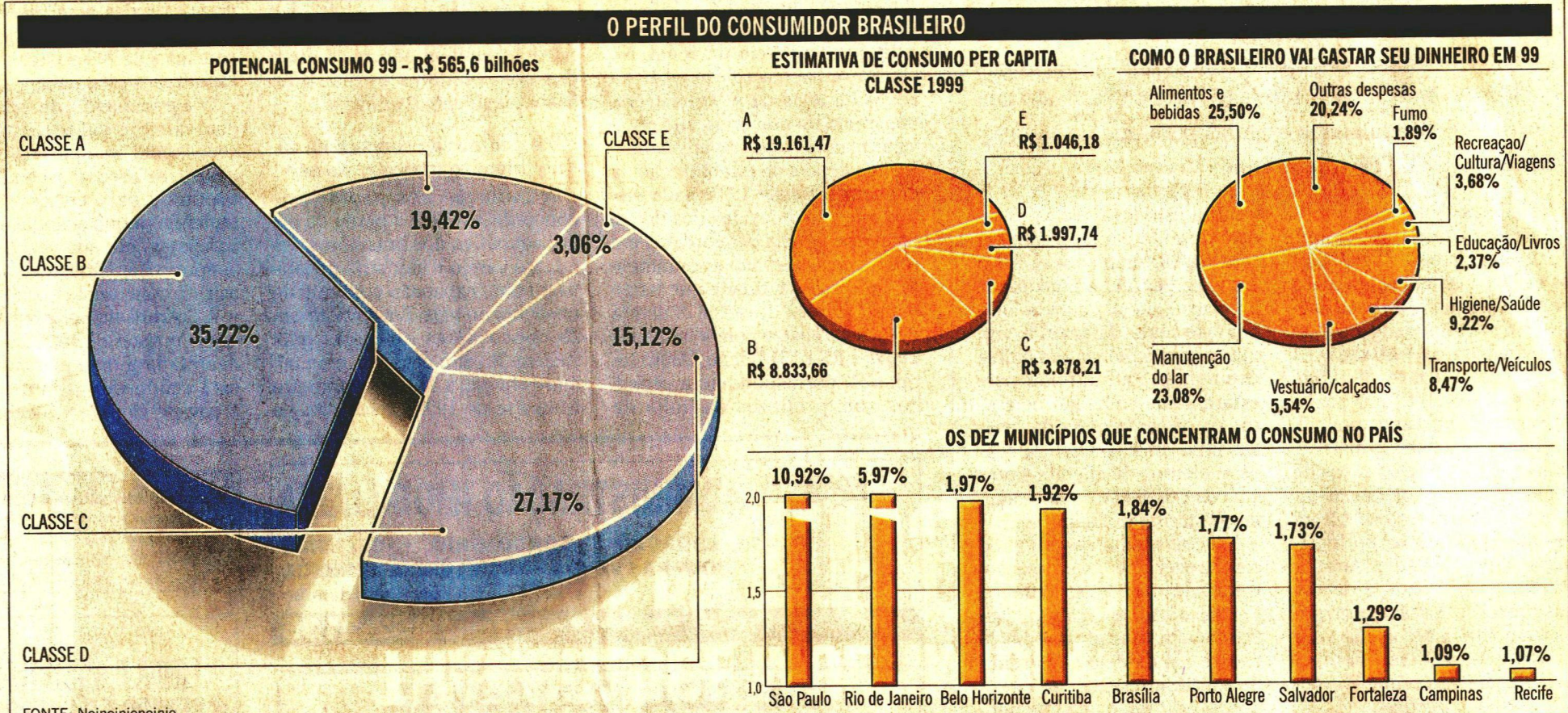
A partir dos dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Neri montou cestas de consumo para famílias com renda mensal de zero a R\$ 215 e de até R\$ 2.969. Acabou chegando a uma conclusão insólita: os mais pobres consomem mais produtos chamados de "transacionáveis" (importados ou mercadorias que sofrem concorrência do mercado externo) do que os mais ricos e por isso estão sentindo mais o peso da desvalorização. Resultado: nos meses de janeiro e fevereiro, a inflação dos mais pobres ficou em 2,14%, contra 1,84% dos mais ricos.

— Estamos colhendo os primeiros impactos da desvalorização cambial sobre a inflação e já podemos notar que, na média, os bens transacionáveis subiram 2,81% nestes dois meses, contra 1,16% dos não transacionáveis. Como isso prejudica os mais pobres, se o que vimos até agora é um indicativo de inflação futura, os mais pobres serão mais afetados, o que nos cria uma preocupação social — explica Neri.

Desvalorização pode aumentar concentração de renda no país

Da cesta de consumo dos mais pobres, 62,4% são produtos transacionáveis, enquanto na dos ricos, o peso destes produtos cai para 45,8%. Que ninguém pense que a população de baixa renda luta a dispensa com delícias importadas. O que faz o peso dos transacionáveis ser alto é a grande quantidade de alimentos consumidos por essas famílias, um grupo de produtos que cada vez mais têm seus preços influenciados pela concorrência externa. Proporcionalmente às suas despesas, a classe mais baixa, gasta mais, por exemplo, com cereais, farinha e legumes do que a mais alta.

— Já a população mais rica gasta menos com alimentação e mais com serviços, setor que não sofre pressão externa. Por outro lado, ela também está profissionalmente mais ligada à indústria, um setor que se beneficia da desvalorização. Enquanto a camada mais pobre



da população trabalha mais no setor de serviços, que perde renda e mercado com a queda de demanda provocada pela crise — completa Neri.

O maior temor é de que este quadro acabe reduzindo ainda mais os ganhos de desconcentração de renda obtidos durante o Plano Real, que já começaram a ser alterados no ano passado. A estabilidade reduziu a quantidade de pobres (aqueles com renda mensal inferior a R\$ 65) de 33% para 25% no segundo semestre de 1996. Mas, em agosto do ano passado, esse índice já atingia novamente 27,4%. O aumento do desemprego foi apontado como a principal razão desse resultado.

Em São Paulo, a consultoria Target também já detectou os primeiros indícios de aumento de concentração, através de sua pesquisa "Brasil em Foco". De acordo com o trabalho, que traça projeções de consumo, em 1998 o gasto per capita da classe A foi 17,1 vezes maior do que o da classe E. Este ano, a expectativa é de que seja 18,3 vezes superior: o consumo per capita da classe A está estimado em R\$ 19.161,47, contra R\$ 1.847,74 da E.

População consumirá R\$ 565 bi este ano, 2,5% a menos do que em 98

— Os mais pobres não têm mecanismo de proteção contra a inflação, o que faz com que haja uma concentração do poder de compra — explica Marcos Pazzini, diretor da Target.

A estimativa da consultoria é de que este ano a população urbana consuma R\$ 565,6 bilhões, volume 2,5% inferior



O COMERCIANTE Mauricio Dutra, fundador da Associação dos Comerciantes Falidos

ao do ano passado. Segundo Pazzini, esse resultado anulará os ganhos obtidos em 97 e 98, fazendo com que o consumo volte ao patamar de 96. São Paulo é o município com a maior concentração de consumo. De cada R\$ 100 gastos no país, R\$ 10,9 serão consumidos por lá. O Rio aparece em segundo lugar no ranking dos dez municípios que mais concentram renda, com uma taxa de 5,97%. A crise financeira também promete mudar os hábitos de consumo dos brasileiros em 1999. Os gastos com vestuário, calçados, recreação, cultura e viagens prometem ser reduzidos. A queda mais expressiva é a de calçados e vestuário,

considerados supérfluos em tempos de crise: se, em 1995, eles respondiam por 10,12% dos itens consumidos, este ano a proporção cairá para 5,54%. Em contrapartida, itens que sofrem impacto inflacionário terão maior peso. Um exemplo é o gasto com transportes, que poderá saltar de 7,97% para 8,47%.

Segundo o consultor de comércio do IBGE, Nilo Macedo, o aumento do desemprego, a queda nos rendimentos, a alta dos juros e da inadimplência e a desvalorização do real têm atingido em cheio o consumo. Macedo acredita que, se o quadro piorar, a queda de vendas pode chegar a 10%.

Quem vive do comércio, já sofre os reflexos de todos esses fatores. Caso típico é o do comerciante Mauricio Dutra. Depois de passar 22 anos tirando seus rendimentos de três lojas de material fotográfico, Dutra está fundando a Associação dos Comerciantes Falidos. Seu drama começou no confisco do Plano Collor e piorou com a alta dos juros.

Com o dinheiro do capital de giro preso no banco, Dutra tomou US\$ 100 mil emprestados no banco, uma dívida que já lhe custou a falência e a venda de uma casa em Jacarepaguá, de três carros e de duas lojas. Apesar de sofrer com a queda das vendas, ele ainda está tentando ganhar dinheiro com uma lanchonete no Centro, mas está novamente à beira da falência.

— Desde a crise, minhas vendas já caíram 60%. As pessoas não têm dinheiro. De cada dez que abrem a carteira, nove têm três notas de R\$ 1 e uma de R\$ 5 — disse ele.

Desde a semana passada, Dutra tem passado as tardes na Candelária colhendo adesões para a nova Associação. Segundo ele, 119 empresários falidos já aderiram ao projeto, que terá como principal bandeira a criação do imposto único. É que, na avaliação de Dutra, a carga tributária é a principal causadora de falências e concordatas entre as pequenas empresas. Na próxima semana, ele pretende organizar uma passeata contra o excesso de tributos. ■

• PERDA DE PODER AQUISITIVO DO BRASILEIRO MERGULHOU REDES DE VAREJO NA CRISE na página 30